

A Resistência Palestina e os limites da racionalidade burguesa: considerações sobre a tarefa desideologizadora da psicologia

Palestinian Resistance and the limits of bourgeois rationality: Considerations on the de-ideologizing task of psychology

Larissa Bulhões

Universidade Federal de Lavras (Brasil)

Resumo. A escalada da guerra de extermínio contra Gaza expôs a hipocrisia das democracias ocidentais e mobilizou manifestações globais contra a ocupação sionista. Todavia, a esquerda ocidental hostiliza a resistência armada, negando o direito à autodefesa quando este confronta o poder absoluto do capital. Fundamentado na teoria marxiana, este artigo analisa como o dualismo epistemológico burguês molda a realidade às exigências do capital. Para tanto, apresenta-se a perspectiva de ativistas e intelectuais de nacionalidade palestina e árabe sobre a recente ofensiva genocida, explicitando que as lutas anticoloniais revelam as contradições internas do capital e confrontam a racionalidade burguesa. Argumenta-se que, ao desmascarar a ideologia dominante por meio da práxis insurgente, a resistência palestina contribui com a tarefa desideologizadora da psicologia. Evidencia-se a necessária reconexão entre a crítica epistemológica e as lutas emancipatórias para que a psicologia afirme, na práxis, a possibilidade de um mundo livre dos grilhões capitalistas.

Palabras-chave: Capitalismo; colonialidade; epistemologia; resistência; subjetividade.

Abstract. The escalation of the war of extermination against Gaza has exposed the hypocrisy of Western democracies and mobilized global demonstrations against the Zionist occupation. However, the Western left is hostile to armed resistance, denying the right to self-defense when confronting the absolute power of capital. Based on Marxist theory, this article analyzes how bourgeois epistemological dualism shapes reality to the demands of capital. Thus, it presents the perspective of activists and intellectuals of Palestinian and Arab nationality on the recent genocidal offensive, showing that anti-colonial struggles reveal the internal contradictions of capital and confront bourgeois rationality. It argues that, by unmasking the dominant ideology through insurgent praxis, Palestinian resistance contributes to the de-ideologizing task of psychology. The necessary reconnection between epistemological criticism and emancipatory struggles is highlighted so that psychology can affirm, in practice, the possibility of a world free from capitalist shackles.

Keywords: Capitalism; colonization; epistemology; resistance; subjectivity.

Introdução

Em defesa do direito do povo palestino à luta armada pela autodeterminação, Leila Khaled (1973, pp. 54-55), liderança histórica da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), assevera: “Nós não nos lançamos de forma aleatória em projetos aventureiros e românticos de caráter individualista para atender ‘necessidades individuais’ ou ‘agir por frustrações e hostilidades’, como os psicólogos ‘científicos’ ocidentais hipotetizam”. E complementa: “Agimos ‘violentamente’ para tirar a cera dos ouvidos dos liberais ocidentais [...] e remover as palhas que bloqueiam sua visão. Agimos como revolucionários para inspirar as massas e desencadear a convulsão revolucionária em uma era de contrarrevolução”. Nessa declaração, Khaled interpela os paradigmas individualizantes da psicologia burguesa, demonstrando que a perspectiva estreita dos valores ocidentais é incapaz de apreender a dimensão coletiva e ético-política da luta palestina por emancipação.

Conforme Marx (1867, p. 951), a resistência das civilizações originárias à colonização contestou os porta-vozes da burguesia que retratavam o modo de produção capitalista como um processo natural-espontâneo no qual “a massa da humanidade expropriou a si mesma para a glória da ‘acumulação do capital’”. Nessa trama, a ciência psicológica emergiu como ferramenta do projeto colonial-capitalista, subjugando os povos colonizados à condição de objeto e conferindo às ofensivas genocidas a aparência de missões civilizatórias.

Contudo, as lutas anticoloniais e anti-imperialistas e a nova correlação de forças que ameaça a ordem mundial unipolar evidenciaram a fragilidade do modo de produção capitalista, demonstrando que, ao negar a relação reflexiva com o seu “Outro”, o capital nega a si mesmo. Portanto, a recente escalada da guerra de extermínio contra Gaza é parte da estratégia dos EUA para retomar sua hegemonia global, cuja truculência expôs a hipocrisia das democracias ocidentais e mobilizou manifestações massivas em todo o mundo, colocando a causa palestina, novamente, no centro da agenda global. Todavia, segundo a escritora palestina Asma Barakat (2023), a solidariedade do Ocidente é, majoritariamente, hostil à resistência armada contra a ocupação sionista. Guiada pela racionalidade burguesa, a esquerda ocidental assume a posição colonialista de detentora exclusiva da razão, negando ao povo palestino o direito à autodefesa quando os meios adotados confrontam os valores hegemônicos.

Nesse contexto, a proposta desideologizadora de Ignacio Martín-Baró (2017) assume lugar de destaque. Para o autor, a desideologização é uma tarefa central da psicologia social, que deve desmascarar as representações distorcidas que ocultam os antagonismos de classe e legitimam as estruturas de dominação. À vista disso, ancorado na dialética racional marxiana, este artigo analisa as bases epistemológicas que edificaram a psicologia burguesa e o orientalismo moderno (Said, 1978),

evidenciando-as como produto das condições materiais de existência inerentes ao modo de produção capitalista.

Em contrapartida, tendo em vista assumir “a perspectiva das maiorias oprimidas” (Martín-Baró, p. 58), discute-se as análises de ativistas e intelectuais de nacionalidade palestina e árabe sobre a operação Inundação Al Aqsa e a campanha genocida contra Gaza. Tais posicionamentos confrontam a racionalidade ocidental ao destacarem o poder da resistência palestina de expor as contradições internas que negam o domínio absoluto do capital. Isso posto, o artigo argumenta que, ao desmascarar a ideologia dominante por meio da práxis insurgente, a luta palestina pela autodeterminação oferece contribuições relevantes para o debate sobre o papel da psicologia nas lutas anticoloniais e anti-imperialistas. Nesse sentido, destaca-se o enfrentamento das abordagens individualizantes e a vinculação teórico-prática da psicologia com os movimentos emancipatórios.

O racionalismo científico burguês e o projeto colonial-capitalista

Tendo em vista desconstruir a universalidade das raízes epistemológicas da psicologia ocidental, esta seção investiga as determinações históricas do racionalismo científico burguês e o caráter ideológico de seus fundamentos que representam o capitalismo como totalidade abarcante. À luz da crítica marxiana, veremos que a atomização das relações sociais que sustenta o dualismo epistemológico burguês tem origem na materialidade do modo de produção capitalista, constatação que refuta a neutralidade atribuída ao pensamento científico moderno.

Segundo Marx e Engels (1932, pp. 35-36), a cisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, instituída pela apropriação privada dos meios de produção, permitiu à consciência “imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real”. Na ordem social capitalista, essa ruptura confere à classe dominante o controle dos meios de produção materiais e intelectuais, posicionando-a como principal criadora e propagadora das ideias hegemônicas. Assim, apesar de sua aparência universal, a representação burguesa do real reflete os interesses particulares de uma classe. Gera-se, portanto, “uma distorção na relação entre a configuração da realidade e sua representação na consciência dos grupos e das pessoas” (Martín-Baró, 2017, p. 105).

Logo, a ideologia dominante “representa algo realmente sem representar algo real”, pois retrata a realidade unilateralmente, sob o viés das práticas sociais burguesas. Tendo em vista que “no cérebro dos capitalistas se reflete apenas a aparência das relações de produção” (Marx, 1867, p. 620), as ideias hegemônicas se respaldam na manifestação superficial dos fenômenos e perdem de vista seus nexos internos. A epistemologia ocidental moderna universalizou essa compreensão

fragmentada da realidade, elegendo a lógica opositiva como pressuposto do pensamento científico. A seguir, abordo sucintamente o movimento por meio do qual a dialética marxiana contestou essa premissa.

Em sua exposição crítica do modo de produção capitalista, Marx denunciou os limites do pensamento econômico burguês, o qual, ao “tomar a primeira forma de manifestação empírica de uma coisa como seu fundamento” (Marx, 1867, p. 476), ancorou suas categorias na apreensão sensível do real, ocultando as determinações históricas das relações sociais de produção burguesa. À vista disso, os fundamentos da racionalidade eurocêntrica, centrados na antinomia sujeito-objeto e no tratamento das formas sociais como entidades isoladas, resultaram na representação das relações burguesas “como irrevogáveis leis naturais da sociedade *in abstracto*. Esse é o objetivo mais ou menos consciente de todo o procedimento” (Marx, 1939, p. 42).

O fato de os economistas modernos tomarem o modo de produção capitalista como eterno e natural respalda a assertiva marxiana de que o mundo das ideias reflete teoricamente a materialidade das relações sociais de produção. Ancorado nesse preceito, o método dialético de exposição crítica da Economia Clássica, encabeçado por Marx, revelou que as bases da ciência moderna servem à perpetuação da ordem social do capital, ainda que seus representantes não tenham plena consciência disso. Nesse sentido, Marx (1939, p. 59) assevera:

Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, também do ponto de vista científico, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal.

A constatação de que as categorias econômicas exprimem formas de ser e determinações de existência inerentes ao modo de produção capitalista invalidou o pressuposto do sujeito do conhecimento transcendental e abstrato, desestabilizando o cerne do método científico burguês. Em síntese, a crítica marxiana ao método da Economia Política revelou os condicionantes históricos da racionalidade burguesa que a impossibilitaram de alçar as contradições ocultas pela aparência atomizada das formas sociais capitalistas. Para superar esse entrave, o pensador alemão incorporou e subverteu a lógica das determinações reflexivas da filosofia hegeliana, revelando que a relação mediada e refletida entre capital e trabalho materializa os princípios dialéticos de Hegel na concretude histórica (Theunissen, 1975; Muller, 1982).

De acordo com Muller (1982, p.14), foi a “pretensão de dominação total do capital sobre a sociedade e a natureza (diacrônica e sincronicamente) que permitiu a Marx ver antecipada na ideia hegeliana enquanto ‘método absoluto’ um análogo especulativo da lei de valorização e da reprodução sistemática do capital.” Para Hegel, o conceito subordina a realidade e a torna correspondente a si mesmo (Muller, 1982). Analogamente, o capital assume a aparência do todo abarcador ao subsumir a força de trabalho a um momento interno de seu movimento de autovalorização. Nas palavras de Marx (1939, pp. 623-624), o capital “aparece de fato determinado por seu movimento como capital, independentemente de sua relação com o trabalho –, relaciona-se consigo como valor que aumenta a si mesmo, i.e., ele se relaciona ao mais-valor como algo posto e fundado por ele;”. Ou seja, o capital manifesta-se como sujeito autossuficiente que subjuga a totalidade das relações sociais.

Todavia, o poder absoluto do capital não encontra correspondência na realidade, dado que a acumulação de valor depende da contínua exploração da força de trabalho. Por conseguinte, a realização plena do capital como valor que valoriza a si mesmo, à revelia da força de trabalho, implica o desenvolvimento das forças produtivas ao ponto de subverterem o tempo de trabalho como base da valorização (Marx, 1939). Contraditoriamente, a concretização do poder abarcante do capital levaria à destruição de seus próprios fundamentos.

Portanto, ao demonstrar que “o capital trabalha, assim, pela sua própria dissolução como a forma dominante da produção” (Marx, 1939, p. 583), a dialética marxiana revelou a contradição entre capital e trabalho, rompendo com a aparência harmônica da sociabilidade burguesa sustentada pela ciência moderna. Assim, Marx inverteu o pressuposto hegeliano de que a realidade se adequa ao conceito, ao demonstrar que “a realidade revela [*enthueilt*] a verdade sobre o conceito” (Theunissen, 1975, p. 192). Ou seja, a realidade objetiva contesta a autossuficiência do capital e, conseqüentemente, refuta a representação burguesa do real.

No capítulo sobre a teoria moderna da colonização d’O Capital, Marx (1867, p. 836) afirma que toda a “armadura apologética” da economia política foi dilacerada pelo confronto entre o regime capitalista e as organizações sociais desenvolvidas nos territórios colonizados. De acordo com o autor, o fato de as sociabilidades dos povos originários não reproduzirem a fragmentação entre a força de trabalho e os meios de produção explicitou que “a propriedade de dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção não confere a ninguém a condição de capitalista se lhe falta o complemento: o trabalhador assalariado, o outro homem, forçado a vender a si mesmo voluntariamente” (Marx, 1867, p. 836).

Portanto, as ofensivas coloniais escancararam que a ordem social burguesa depende de um exército populacional expropriado de suas condições de sobrevivência e, com efeito, totalmente dependente do

capitalista. Fato “que o economista político, em sua casa, na metrópole, pode disfarçar, com um mentiroso tartamudeio, numa relação contratual livre entre comprador e vendedor [...]” (Marx, 1867, p. 839). Assim, ao explicitar que a valorização do valor só se realiza por meio da exploração da força de trabalho, a realidade objetiva refutou o conceito do capital como sujeito autossuficiente.

Contudo, o anseio de negar as determinações históricas da ordem social burguesa levou os teóricos do neocolonialismo a qualificarem o modo de vida dos povos colonizados como um “sistema bárbaro de dispersão” e anunciarem que “nos países de antiga civilização, o trabalhador, apesar de livre, depende do capitalista por uma lei da natureza; nas colônias, essa dependência tem de ser criada por meios artificiais” (Wakefield apud Marx, 1867, p. 841). É flagrante que, quando os fatos contestam a representação burguesa do real, o sujeito ocidental adequa a realidade a sua visão de mundo, que permanece imutável. Para tanto, o racionalismo eurocêntrico forjou hierarquias raciais, culturais e epistemológicas.

Os estudos de Aníbal Quijano (2000) sobre a colonialidade do poder confirmam essa assertiva. De acordo com o autor, a lógica dualista eurocêntrica instituiu pares antinômicos, tais como civilizado-primitivo, Ocidente-Oriente, de modo a sustentar o mito da civilização europeia como o ápice do desenvolvimento humano. Essa racionalidade cindida erigiu a concepção evolucionista e linear de progresso e fabricou a ideia de raça, classificando as sociabilidades não brancas como inferiores, irracionais e primitivas (Quijano, 2000).

Como as organizações sociais plurais que divergem da ordem social burguesa contestam o poder absoluto do capital, a razão eurocêntrica deslocou-as para o lugar de subalternidade, convertendo-as em “momentos de si” - de forma análoga à subsunção da força de trabalho pelo capital. Por meio do dualismo eurocêntrico, os porta-vozes da burguesia legitimaram o projeto colonial-capitalista, moldando representações da realidade que reproduzem a ambição do capital de realizar-se como o todo abarcador.

Nesse cenário de consolidação da modernidade capitalista, à psicologia coube o papel de eleger o sujeito branco ocidental como norma e patologizar as sociabilidades resistentes à dominação colonial. Esta mesma epistemologia que submeteu os povos colonizados à condição de objetos de estudo, edificou o orientalismo moderno, descrito por Edward Said (1978) como a invenção do Oriente por cientistas ocidentais. Representações dos povos orientais como bárbaros, incivilizados e irracionais, justificaram ofensivas coloniais, anexações territoriais e campanhas de extermínio étnico perpetradas pelo Ocidente. Para os fins deste artigo, importa discutir a relação entre o orientalismo moderno e o colonialismo sionista imposto por Israel à Palestina. Este é o tema da próxima seção.

A resistência anticolonial e os limites do dualismo epistemológico moderno

Vimos que o processo de colonização expôs a inconsistência da ideologia apologética da Economia Política, que retratava o capitalismo como um estágio natural da história humana. Por conseguinte, o dualismo epistemológico foi instrumentalizado para atribuir ao sujeito branco ocidental a exclusividade da razão e da civilidade. Esta seção ilustra essas assertivas ao analisar o papel do orientalismo moderno - que conferiu status científico à supremacia branca - tanto na construção do Estado de Israel quanto no fracasso das políticas expansionistas dos Estados Unidos.

O caráter inerentemente racista e genocida do modo de produção capitalista é evidenciado pelas raízes da atual aliança entre o imperialismo norte-americano e o Estado sionista de Israel. Ambos foram constituídos sobre os pilares da supremacia branca e do fundamentalismo religioso, posicionando-se como nações eleitas por Deus. Nos EUA, a doutrina do Destino Manifesto, conformada ao longo do século XIX, ratifica essa constatação. Segundo seus preceitos, o genocídio dos povos originários e a escravização da população africana evidenciou a superioridade racial e religiosa da civilização norte-americana, de modo que esta nação teria a missão divina de expandir seus valores por todo o globo (Ghannoushi, 2025). Os pressupostos messiânicos do Destino Manifesto tornaram-se a espinha dorsal da política imperialista dos EUA, e, até hoje, legitimam suas intervenções beligerantes. Assim, o supremacismo branco reproduz a pretensão do capital de tornar a realidade correspondente a si mesmo.

De acordo com Wachholz e Reinke (2020) o sionismo cristão, surgido na Inglaterra no século XIX com forte apoio do protestantismo anglo-saxão, fundamentou o envolvimento britânico e norte-americano na criação do Estado de Israel. Ainda segundo os autores, teólogos milenistas acreditavam que o retorno dos judeus à Terra Santa cumpriria profecias bíblicas. Nos EUA, essa crença ganhou força no século XIX, especialmente entre os fundamentalistas protestantes. Logo, o comprometimento da Grã-Bretanha e dos EUA com a fundação do Estado colonial sionista foi motivado pela confluência entre interesses geopolíticos e convicções supremacistas.

Segundo Edward Said, destacado intelectual e ativista político palestino, o confronto entre sionistas e árabes representou uma extensão do conflito histórico entre Ocidente e Oriente, associado à ideia da supremacia racial e religiosa. Em uma de suas principais obras, "Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente" (1978), o autor revela o papel da ciência moderna na representação racista dos povos orientais que legitimou a expansão imperialista na região. Reconhecidos no mundo acadêmico como especialistas sobre o Oriente, uma ampla gama de ocidentais eruditos subjugou as civilizações orientais à condição de objeto de estudo.

Esse “objeto” de estudo será, como de costume, passivo, não participativo, dotado de uma subjetividade “histórica” e, acima de tudo, não ativo, não autônomo, não soberano em relação a si mesmo: o único Oriente, oriental ou “sujeito” que poderia ser admitido, no limite extremo, é o ser alienado filosoficamente, isto é, diferente de si mesmo em relação a si mesmo, proposto, compreendido, definido — e representado — por outros. (Malek apud Said, 1978, p.173)

Com efeito, forjou-se a dicotomia ontológica e epistemológica entre Oriente e Ocidente, moldando a representação do sujeito oriental como o “Outro” exótico e inferior (Said, 1978). Destaca-se, ainda, a construção de uma “tipologia que faz do ‘objeto’ estudado um outro ser, em relação ao qual o sujeito que estuda é transcendente; teremos um homo sinicus, um homo arabicus (...), sendo o homem — o ‘homem normal’, bem entendido — o homem europeu”. (Malek apud Said, 1978, p. 174). Nesse sentido, a lógica dualista, central ao pensamento europeu moderno, visa respaldar cientificamente a superioridade almejada pelo sujeito branco ocidental.

Said (1978) ressalta que o campo da filologia teve papel central na conformação do orientalismo moderno e na legitimação das doutrinas supremacistas. Nos laboratórios de filologia, que visavam conferir a essa área de estudos a precisão das ciências naturais, o cientista europeu valeu-se da autoridade de examinar, desvendar e categorizar as línguas do Oriente. Sob a prerrogativa da objetividade e neutralidade, as classificações filológicas do Orientalismo foram influenciadas pela teratologia - definida pelo autor como a anatomia da monstruosidade - cujos preceitos afirmavam que as anomalias eram “resultado da degradação interna dentro da vida da espécie” (Said, 1978, p. 245). Essa premissa sustentou a categorização filológica da cultura oriental como inorgânica, tida como uma anomalia de desenvolvimento interrompido e incapaz de se regenerar.

Isto posto, vale destacar a relação entre a epistemologia burguesa e a pretensão autossuficiente do capital. Segundo Quijano (2000), o eurocentrismo instituiu a premissa da Europa como civilização autoproduzida, originária de si mesma e desvinculada dos povos colonizados. Assim como o capital oculta sua dependência da exploração da força de trabalho, a racionalidade burguesa representa-se como autogerada, ocultando as violências, usurpações e genocídios que a constituíram. Trata-se de uma racionalidade que nega as contradições que ameaçam sua existência.

Portanto, a deformidade atribuída ao que é estranho ao Ocidente deriva da recusa à contradição inerente ao paradigma racional-positivista. Dado que suas determinações históricas a impedem de compreender a totalidade das relações sociais, a ciência burguesa requer a negação de qualquer fenômeno que contradiga seus pressupostos, ao ponto de negar a própria realidade. À vista disso, Said (1978) salienta que o orientalismo

construiu a representação eurocêntrica do Oriente e da própria superioridade da cultura europeia, sedimentando as bases do etnocentrismo e do racismo científico. A partir do século XVIII, a representação orientalista atuou como ferramenta ideológica a serviço dos projetos de dominação engendrados pelas potências capitalistas.

Para o escritor palestino, a fundação do Estado colonial de Israel ilustra o deslocamento do orientalismo do mundo acadêmico para o esteio das ofensivas beligerantes. O sionismo cristão se apropriou dos discursos colonialistas do orientalismo para se estabelecer como representante dos valores ocidentais no Oriente. Nesse contexto, Israel tornou-se o bastião do liberalismo, progresso e democracia, em oposição ao atraso, ignorância e despotismo do povo árabe. Assim, o orientalismo consolidou o estereótipo irracional e essencialmente violento atribuído ao povo árabe, sob a alegação de que seu ódio a Israel e, portanto, ao Ocidente, ameaça o “mundo desenvolvido” (Said, 1978).

No prefácio da edição de 2003 de "Orientalismo", o escritor palestino qualificou como uma das catástrofes intelectuais da história o papel do orientalismo na guerra ao terror propulsionada pelos EUA no início do século XXI. Nesse contexto, os intelectuais orientalistas, ligados ao Pentágono e ao Conselho de Segurança Nacional, usaram a justificativa de combate ao terrorismo internacional para implementar a política de ocidentalização global, intensificando a disseminação de "estereótipos degradantes que amalgamam o islã e o terrorismo, os árabes e a violência, o Oriente e a tirania" (Said, 1978, p. 559).

O projeto expansionista do império estadunidense para exterminar as sociabilidades divergentes reforça o elo entre a pretensa dominação absoluta do capital e o racionalismo científico moderno, cujos fundamentos supremacista forjaram a superioridade da civilização ocidental e validaram campanhas genocidas. Por conseguinte, assim como a psicologia ocidental, o orientalismo atuou como instrumento ideológico da campanha colonial-capitalista. Tal alinhamento revela que a ciência moderna foi constituída para moldar a realidade às exigências do capital, negando as contradições que desafiam sua aparente universalidade. Nesse processo, o dualismo epistemológico naturalizou as categorias hierárquicas forjadas pela racionalidade eurocêntrica, mascarando suas determinações históricas.

Contudo, uma vez que as ideias refletem e são determinadas pelas condições materiais de existência, o fetichismo burguês resultou em representações distorcidas dos modos de existência que escapam à lógica capitalista, levando as empreitadas imperialistas a sucessivos fracassos. Como demonstra Tariq Ali (2003), a prepotência norte-americana subestimou o anticolonialismo vietnamita, o nacionalismo afegão, a histórica resistência anti-imperialista do povo iraquiano, enfim, a determinação dos povos insurgentes na luta por soberania. Logo, os movimentos anticoloniais desestabilizaram as narrativas orientalistas e

escancararam a incapacidade do capital de realizar seu propósito de subjugação absoluta.

Nesse contexto, destaca-se a resistência palestina à ocupação colonial sionista. Há quase oito décadas, o povo palestino contraria as antinomias do dualismo epistemológico ocidental ao instituir a autodeterminação como um princípio inegociável. Apesar do apoio incondicional e irrestrito das potências capitalistas, dos bilhões de dólares em arsenal militar que recebe dos EUA, das ocupações ilegais e dos crimes de guerra impunes, o regime sionista israelense não conseguiu - e não conseguirá - subjugar o povo palestino. Essa determinação é ilustrada por Atef Abu Saif (2024, p. 18) que, sob os bombardeios da recente escalada do genocídio sionista, escreveu:

A guerra terminará um dia e nós lembraremos continuamente de todas as histórias que vivemos enquanto construíamos nossa vida e nossa sobrevivência, apesar de Netanyahu e de seus generais. A guerra terminará e o soldado assassino contratado voltará para sua cama, obcecado por nosso sangue, e nós permaneceremos como uma maldição que o assombra, porque não caímos, mas ficamos de pé como árvores, cantando com os pássaros por nossa tão sonhada liberdade.

Conforme a previsão de Saif, a resistência palestina permanece inquebrantável frente à brutalidade do Estado colonial de Israel e seus aliados.

Diante disso, o fracasso do projeto expansionista do império norte-americano evidenciou que a racionalidade atomística do orientalismo moderno é incapaz de conceber os imperativos de justiça coletiva dos movimentos anticoloniais e anti-imperialistas. A seção seguinte situa o impulsionamento da campanha genocida israelense no contexto da atual crise da hegemonia estadunidense e discute as contradições da solidariedade ocidental à causa palestina.

A ofensiva de extermínio contra Gaza e a solidariedade seletiva do Ocidente

A atual crise da soberania dos EUA ilustra a assertiva marxiana de que o capital se movimenta em direção à sua própria dissolução. A financeirização, instituída pela globalização neoliberal, explica tanto a consolidação do imperialismo norte-americano quanto o declínio de sua hegemonia global. Trata-se de uma etapa regida pelo capital portador de juros, definido por Marx (1894, p. 449) como a manifestação mais fetichizada do modo de produção capitalista, por incitar "a ideia que atribui ao produto acumulado do trabalho - e, além disso, fixado como dinheiro - a capacidade de criar mais-valor em progressão geométrica por meio de uma misteriosa qualidade inata, como um puro autômato". Portanto, acentuou-se a mistificação das formas sociais que apresentam o

capital como sujeito autossuficiente, reforçando, na consciência burguesa, a ilusão de que sua riqueza advém da valorização dos títulos de propriedade privada no mercado financeiro.

Consequentemente, estabeleceu-se a polarização mundial entre o Norte, detentor do capital-propriedade, e o Sul Global, responsável pela produção real da riqueza. Essa dinâmica aprofundou as contradições entre capital e trabalho em escala global, intensificando a superexploração dos países periféricos. Além disso, a subordinação da produção real à acumulação financeiriza subjugou o mundo capitalista a um estado de crise permanente (Chesnais, 2016).

A grande recessão resultante da crise de 2008, a ascensão da China como potência industrial e a progressiva desindustrialização dos países do G7 evidenciaram o esgotamento do imperialismo financeiro, ameaçando a ordem mundial unipolar (Hudson, 2022). Ademais, os países do Sul Global vêm buscando alternativas ao sistema financeiro centrado no dólar, um dos principais pilares do poderio estadunidense (Hudson, 2022). Essa dinâmica tornou o império norte-americano ainda mais dependente de mecanismos coercitivos para manter sua dominância global.

Portanto, o impulsionamento da ofensiva israelense contra Gaza, financiado pelos EUA, marca uma nova etapa do imperialismo capitalista, que busca retomar sua supremacia desestabilizando as potências emergentes e intensificando as ofensivas contra o Sul Global (Merino, et al., 2024). Destaca-se o papel da era digital na disputa ideológica, tendo em vista que as tecnologias da informação e o monopólio midiático tornaram-se essenciais para mascarar a contradição entre a retórica democrática das grandes potências e as atrocidades perpetradas por suas campanhas imperialistas (Hamid, 2024).

Com efeito, o orientalismo continua moldando a narrativa hegemônica no capitalismo contemporâneo. Em 9 de outubro de 2023, ao anunciar o bloqueio total de energia e suprimentos a Gaza, o Ministro da Defesa israelense, Yoav Gallant, declarou: "Estamos lutando contra animais humanos e agiremos de acordo" (Al-Shabaka, 2023, s/p.). Da mesma forma, o Primeiro-Ministro israelense Netanyahu descreveu as atrocidades do Estado sionista em Gaza como "uma luta apocalíptica contra um mundo incivilizado" e uma guerra entre "a humanidade e a lei da selva." (Al-Shabaka, 2023, s/p.). Ecoando as declarações racistas dos líderes sionistas, representações estigmatizantes que retratam o Oriente Médio como uma ameaça à civilização ocidental têm sido reforçadas pela mídia corporativa.

Contudo, dado o movimento contraditório do capital, as mesmas ferramentas utilizadas para impor a perspectiva ocidental possibilitaram que o povo palestino desafiasse a narrativa hegemônica, expondo a brutalidade da ofensiva genocida nas redes sociais. A ampla circulação de vídeos, testemunhos e análises feitas por jornalistas locais, ativistas, cidadãs e cidadãos de Gaza, gerou mobilizações massivas em todo o

mundo pelo cessar-fogo e pela autodeterminação palestina (Hearst, 2025). Nesse cenário, os Estados aliados de Israel reprimiram com brutalidade as manifestações populares e apoiaram incondicionalmente a ofensiva de extermínio contra Gaza, tornando insustentável a já desacreditada aparência democrática das potências ocidentais. Assim, a causa palestina reemergiu como um símbolo do anti-imperialismo e da resistência anticolonial.

Todavia, segundo Jodi Dean (2024), a despolitização neoliberal enfraqueceu os movimentos anticapitalistas no Ocidente. A fragmentação das lutas coletivas desmantelou as alianças globais anti-imperialistas, subjugando os movimentos emancipatórios ao campo da moralidade (Dean, 2024). Assim, líderes e analistas ocidentais, historicamente defensores da causa palestina, têm se valido da condenação moral à violência para hostilizar a operação Inundação de Al-Aqsa contra o exército israelense (Barakat, 2023; Al-Shabaka, 2023).

Ao equiparar a resistência dos povos oprimidos às ofensivas coloniais, esse posicionamento apaga o caráter anti-imperialista da causa palestina, enquadrando a luta armada pela libertação como desvio de um padrão universal e abstrato de moralidade. Por outro lado, grande parte das análises publicadas na imprensa árabe considera a operação liderada pelo Movimento de Resistência Islâmico (Hamas) como uma vitória expressiva que iniciou uma nova etapa rumo à emancipação do povo palestino (Eddin, 2025). É o que discutiremos em seguida.

A autodeterminação palestina como negação do poder abarcador do capital

No dia 07 de outubro de 2023, em resposta a décadas de ocupações ilegais, políticas segregacionistas e campanhas de extermínio executadas pelo colonialismo sionista, o Hamas liderou a operação Inundação de Al-Aqsa contra as instalações do exército israelense ao redor da Faixa de Gaza, consolidando o golpe mais contundente da história da resistência palestina contra o Estado colonial de Israel (Barakat, 2023; Al-Shabaka, 2023; Al-Zaid, 2025; Hearst, 2025; Nubani, 2025; Abo el-Fetouh, 2025). Segundo Ahmed Abu Artema (2023), escritor e ativista palestino, a campanha de bombardeios financiada pelos EUA em resposta ao sucesso da operação “não apagará o fato de que o mito de um Israel inexpugnável foi enterrado para sempre na consciência do povo palestino e de todos os povos livres do mundo”.

Em oposição à narrativa midiática colonialista, diversas análises de ativistas, jornalistas e intelectuais de nacionalidade palestina e árabe sobre o acordo de cessar-fogo que interrompeu a guerra de extermínio perpetrada pela ocupação sionista, declararam o triunfo de Gaza sobre Israel, que fracassou em todos os objetivos colonialistas anunciados no início da ofensiva (Abo el-Fetouh, 2025; Abdul Hamid, 2025; Eddin, 2025;

Al-Zaid, 2025; Hearst, 2025; Khalil, 2025; Ghannoushi, 2025; Nubani, 2025; Baroud, 2025; Al Jazeera, 2025; Nassar, 2025; Sattoum 2025; Omar, 2025). Referindo-se à ânsia de Netanyahu em exterminar o Hamas e expulsar a população de Gaza, a escritora palestina Abo el-Fetouh (2025) afirma que “os palestinos venceram duas guerras concomitantes travadas por Israel e Estados Unidos, após o êxito extraordinário, na forma de resistência legítima, da Operação Inundação de Al-Aqsa, em 7 de outubro de 2023”. A ativista acrescenta que “aqueles que rejeitam ou negam esse triunfo são conspiradores, ignorantes ou derrotistas crônicos” (s/p.).

Após a oficialização do acordo, as redes sociais foram tomadas por imagens da população palestina celebrando a suspensão dos bombardeios e recebendo como heróis os combatentes das Brigadas Izz al-Din al-Qassam – ala militar do Hamas –, enquanto, ao fundo, apareciam os tanques israelenses destruídos pela resistência (Nassar, 2025). Na análise da jornalista palestina Tamara Nassar (2025), essas imagens, assim como a transferência de prisioneiros e prisioneiras no centro de Gaza, monitorada por inúmeros combatentes do movimento que Netanyahu alegava ter eliminado, expôs para Tel Aviv e para o mundo a futilidade da destruição perpetrada pelo Ocidente. Após 15 meses de uma ofensiva genocida sem precedentes, apoiada por todo o aparato político, diplomático e militar do imperialismo capitalista, o povo de Gaza permanece firme em sua luta por emancipação, e o Hamas emergiu ainda mais fortalecido (Nassar, 2025).

Esse desfecho ilustra os limites da racionalidade burguesa, cuja lógica individualizante reduz a luta anticolonial a projetos personalistas. Segundo Ashraf Nubani (2025), durante a campanha de extermínio, Israel intensificou a estratégia conhecida como “política de decapitação”, que, há décadas, visa neutralizar a resistência palestina por meio do assassinato de suas lideranças. Yahya Sinwar, principal mentor da operação que desmoralizou o exército sionista, foi um dos líderes executados. Contrariando a narrativa ocidental de que estaria escondido no subsolo, usando reféns como escudo, Sinwar foi martirizado enquanto confrontava a ocupação sionista nas ruas de Gaza, ao lado dos combatentes palestinos (Nubani, 2025).

Ao reportarem a notícia de seu assassinato, analistas árabes ressaltaram que o fato de o líder do Hamas estar na linha de frente da batalha, enfrentando, em condições precárias, os armamentos altamente letais dos invasores sionistas, demonstrou a unidade entre a luta armada e a resistência da população de Gaza, de modo que, ao contrário das expectativas israelenses, sua execução impulsionou a determinação heroica das Brigadas al-Qassam (Abunimah, 2024; Hroub, 2024; Omar, 2024a; Khalil, 2025). Evidentemente, o sujeito neoliberal é incapaz de compreender que “a resistência palestina não é centrada em líderes individuais, mas é uma demanda coletiva por justiça” (Nubani, 2025, s/p.).

Os meios aventados pelo império estadunidense para alcançar as ambições colonialistas que a ofensiva genocida não concretizou, reforçam que a luta palestina é incognoscível para as formas estanques que representam o mundo na consciência burguesa. Essa constatação é corroborada pela análise da escritora palestina Malak Hijazi (2025) sobre os planos do presidente dos EUA, Donald Trump, de deslocar a população palestina de Gaza e assumir a reconstrução do território devastado pelo aparato militar norte-americano. Residente em Gaza, a escritora avalia que os esforços de Trump em replicar as malogradas estratégias de transferência forçada, adotadas, recorrentemente, por líderes sionistas, estão fadados ao fracasso, pois subestimam a conexão entre o povo palestino e sua terra. Segundo Hijazi (2005), “Israel não nos entende. Nem os Estados Unidos. Pois há uma diferença fundamental entre pertencer a uma terra e ocupá-la. Eles acreditam que o controle vem por meio da dominação. Sabemos que o verdadeiro pertencimento é inquebrável” (s/p.).

Embora o Ocidente tente monopolizar a narrativa sobre as civilizações orientais, sua retórica derrotista tem sido amplamente contestada por setores do ativismo e da intelectualidade árabe. Para o intelectual palestino Abdaljawad Omar (2025), tais posicionamentos perdem de vista que o verdadeiro objetivo da resistência armada não reside na derrota militar da ocupação, mas na imposição de um dilema ontológico a Israel. Segundo o autor, a operação Inundação Al-Aqsa contestou a soberania absoluta da ocupação sionista, de modo que a incapacidade de alcançar a vitória total e erradicar a resistência palestina condicionou a existência de Israel à guerra perpétua. Com efeito, ao recorrer à destruição implacável para manter suas estruturas coloniais, a ocupação sionista enfrenta uma crise crescente no cenário geopolítico, que tem levado à perda de aliados históricos. Omar (2025) avalia que essa erosão moral e política coloca Israel em um impasse, dado que as atrocidades criminosas que o sustentam, colocam em xeque a legitimidade de sua existência.

Portanto, assim como a pretensão do capital de dominação absoluta o leva à autonegação, a insistência na guerra ininterrupta desestabiliza os alicerces da ocupação sionista, conforme demonstraram os termos do acordo de cessar-fogo (Omar, 2025). A retirada das tropas israelenses dos territórios ocupados, as multidões nas ruas celebrando a libertação de prisioneiras e prisioneiros políticos e as centenas de milhares de palestinos e palestinianas marchando de volta ao norte de Gaza são imagens que permanecerão imortalizadas como prova incontestável de que a maquinaria violenta do colonialismo não é capaz de deter a luta palestina pela emancipação (Ghannoushi, 2025).

Enraizada na práxis insurgente, a psicologia comunitária palestina contribuiu com o impasse ontológico imposto a Israel, desideologizando os fundamentos eurocêntricos da psicologia tradicional. Com enfoque na trajetória dessa psicologia insurgente, a próxima seção discute o papel paradoxal da ciência psicológica nas lutas anticoloniais, a qual pode

fortalecer os processos coletivos de resistência, ou ser instrumentalizada para desmobilizá-los.

Entre a emancipação e a subordinação: o papel da psicologia nas lutas emancipatórias

De acordo com Costa e Mendes (2025), a psicologia comunitária palestina nasceu no bojo da resistência coletiva construída durante a Primeira Intifada, de modo que as redes de autogestão popular constituíram as condições para sua gênese e os fundamentos ético-políticos de sua atuação. Portanto, trata-se de um movimento edificado na e pela autodeterminação e libertação do povo palestino, cujo cerne anticolonial confrontou a psicologia encastelada nas universidades, submetida aos paradigmas individualistas ocidentais (Costa & Mendes, 2025).

Contudo, ainda segundo o autor e a autora, após os Acordos de Oslo, o avanço do neocolonialismo na Palestina aprofundou a subjugação da ciência psicológica às agências de financiamento estrangeiras, que deslocaram o sofrimento palestino ao campo psicologizante da intervenção terapêutica. Além disso, a ampla atuação de ONGs assistencialistas financiadas por instituições ocidentais cooptou lideranças e fragilizou as organizações comunitárias e de base (Costa & Mendes, 2025). Assim, por meio de suas categorias individualizantes, a psicologia hegemônica foi instrumentalizada para dismantelar a luta coletiva por emancipação e circunscrever as práticas sociais de resistência aos padrões normativos traçados pela racionalidade burguesa.

O professor palestino El-Kurd (2023) elucida as repercussões dessa perspectiva reducionista na mídia ocidental, cuja representação da população palestina oscila entre dois estigmas: o da vítima passiva, dependente do assistencialismo ocidental, ou o do terrorista violento, cuja irracionalidade justifica as campanhas de extermínio. Assim, a visibilidade do povo palestino no Ocidente está condicionada à conformidade com os estereótipos orientalistas que reforçam a superioridade da civilização ocidental.

Essa mesma lógica é reproduzida por amplos setores da esquerda ocidental, que se solidarizam com o martírio dos povos colonizados, mas negam-lhes o direito à luta armada pela emancipação. Em seu artigo “*A questão do Hamas e a esquerda*”, Omar (2024b) problematiza a onda de publicações, durante a guerra de extermínio contra Gaza, nas quais representantes da esquerda ocidental alertavam que o apoio à resistência palestina não deveria endossar o Hamas. Para o autor, as objeções ideológicas e a demanda por uma alternativa secular ao Movimento de Resistência Islâmico demonstram a ignorância da esquerda ocidental sobre a realidade política da Palestina, além de revelarem sua hostilidade às práticas insurgentes que refutam a imagem submissa e irracional dos

povos orientais. Essa postura incoerente confirma que a racionalidade burguesa só admite as práticas sociais que confirmam sua representação invertida da realidade.

Ironicamente, a mobilização do Ocidente contra o colonialismo sionista reproduz as premissas que sustentam as ofensivas coloniais. Ao assumir o papel de árbitra das formas legítimas de resistência, a esquerda ocidental introjetou a prerrogativa orientalista, contrapondo-se aos movimentos emancipatórios que desafiam suas concepções de razão e progresso. Nessa lógica, a prática social razoável dos povos oprimidos é a resistência passiva às campanhas de extermínio, ao passo que a autodefesa é representada como bárbara e retrógrada. Como já advertira Marx (1894, p. 839), na sociabilidade capitalista, “aquilo que o senso comum considera irracional é racional, e o que ele considera racional é a própria irracionalidade”. Assim, para a moralidade burguesa, a violência só é imoral quando refuta o poder absoluto do modo de produção capitalista.

Em contrapartida, as perspectivas da intelectualidade árabe aqui abordadas defendem que o poder substancial da resistência anticapitalista está em destruir a imagem onipotente do imperialismo. Gaza realizou esse feito ao desestabilizar o principal aliado do império norte-americano. Ademais, contestou o mito da superioridade ocidental, forjado pelas bases ontológicas e epistemológicas do orientalismo e da psicologia burguesa. Esse processo abre possibilidades para o fortalecimento das organizações populares de resistência e o resgate das raízes anticoloniais da psicologia comunitária palestina.

Portanto, confirma-se a análise de Costa e Mendes (2025), segundo a qual a trajetória da psicologia na Palestina evidencia que a construção de uma psicologia contra-hegemônica exige ir além da institucionalização. Caso contrário, corre-se o risco de reforçar as estruturas coloniais que se pretende desmontar. Assim, a superação das abordagens individualistas e a reconexão entre a crítica epistemológica e a prática emancipatória tornam-se imperativos para uma psicologia engajada nos processos de libertação (Costa & Mendes, 2025).

Nesse sentido, a luta palestina pela autodeterminação oferece uma contribuição decisiva para a tarefa desideologizadora formulada por Martín-Baró (2017), ao evidenciar a práxis revolucionária como a via para refutar a representação burguesa da realidade. É na tessitura de práticas sociais engendradas pelas lutas anticapitalistas que a psicologia pode revelar as contradições internas que contestam o poder totalizante do capital e escancaram as bases ideológicas do dualismo epistemológico burguês, impulsionando e sendo impulsionada pelos movimentos anticoloniais e anti-imperialistas. Afinal, as armas da crítica “não deságua[m] em si mesma[s], mas em tarefas para cujas soluções há apenas um meio: a prática” (Marx, 1843, p. 157).

Conclusão

A dialética marxiana explicitou que a representação da realidade reflete a materialidade das relações sociais de produção. Por conseguinte, a episteme burguesa não pode ser apartada das determinações de existência inerentes ao capitalismo. Dado que, nesse modo de produção, as relações sociais se manifestam como entidades isoladas, a classe dominante representa o capital como uma força intransponível que submete todas as esferas da vida social ao seu movimento interno.

Com enfoque na resistência palestina, este artigo visou demonstrar que essa representação onipotente do capital - e do sujeito ocidental - não se sustenta diante do poder insurgente dos movimentos emancipatórios. Fora da bolha midiática do Ocidente, a operação Inundação de Al-Aqsa e a bravura do povo palestino diante da ofensiva genocida tornaram-se um marco histórico que enterrou a imagem invencível das potências capitalistas. Essa constatação corrobora a premissa marxiana de que, ao aniquilar toda alteridade para concretizar sua dominação absoluta, o movimento interno do capital destrói os fundamentos que viabilizam sua própria existência.

Por conseguinte, a luta anticolonial evidencia que a aparência transcendental do sujeito burguês encobre uma racionalidade limitada, incapaz de apreender seus condicionantes históricos e as relações de interdependência subjacentes à superfície imediata. Consequentemente, ainda que assuma uma roupagem progressista, a solidariedade aos movimentos emancipatórios que endossa a inexorabilidade do capitalismo reproduz a ideologia dominante, fortalecendo as relações de exploração vigentes.

Nesse contexto, a proposta de desideologização formulada por Martín-Baró (2017) desafia a psicologia latino-americana a desvelar as distorções da representação burguesa da realidade. Portanto, torna-se necessário aprofundar, em futuros estudos, a análise desse processo na concretude histórica da América Latina. Por ora, vale destacar que o projeto colonial-imperialista consiste em uma ofensiva permanente contra a pluralidade de modos de produção e de existência que confrontam o capital como totalidade abarcante. Consequentemente, as línguas oficiais, crenças, valores e concepções de mundo hegemônicas na América Latina são heranças de séculos de colonização euro-americana, cujo objetivo era - e ainda é - o extermínio das sociabilidades divergentes. Se, por um lado, a resistência dos povos originários e comunidades tradicionais refuta o poder totalizante do capital, por outro, os mecanismos de controle social por meio dos quais a classe dominante universaliza sua visão de mundo, restringem nossos horizontes de emancipação. Assim, a naturalização dos valores ocidentais nos induz a reproduzir a solidariedade seletiva às lutas anticoloniais e anti-imperialistas, sem perceber seu viés e unilateralidade.

Em contraponto, a resistência palestina nos ensina que, para além de negar as estruturas hegemônicas, a luta pela autodeterminação afirma a

pluralidade de modos de ser e estar no mundo cuja existência, por si só, ameaça a ordem social burguesa. Essa práxis contra-hegemônica preconiza a construção de uma racionalidade que desvele “aquelas realidades que ainda não existem porque são impedidas ou negadas pelas realidades dominantes” (Martín-Baró, 2017, p. 51). À vista disso, o levante de movimentos globais anti-imperialistas e o esgotamento da soberania das potências ocidentais, que já não podem esconder - nem compreender - suas contradições, abrem espaço para novos projetos de sociabilidade. Ao dismantelar o monopólio burguês da razão e se enraizar nas lutas populares, a psicologia pode converter-se em ferramenta viva dos movimentos emancipatórios, afirmando, na práxis, a possibilidade de um mundo livre dos grilhões capitalistas.

Referências

- Abo el-Fetouh, A. (2025). Gaza triunfou: Festejemos com os povos livres do mundo. *Monitor do Oriente Médio*, 21 jan. 2025. Recuperado em 25 de janeiro de 2025 de <https://www.monitordo Oriente.com/20250121-gaza-triunfou-festejemos-com-os-povos-livres-do-mundo/>.
- Abu Artema, A. (2023). The myth of Israel's invincibility has been shattered. *The Electronic Intifada*, 11 out. 2023. Recuperado em 11 de janeiro de 2025 de <https://electronicintifada.net/content/myth-israels-invincibility-has-been-shattered/38721>.
- Abu Saif, A. (2024) *Quero estar acordado quando morrer: diário do genocídio em Gaza*. Tradução de Gisele Eberspächer. São Paulo: Elefante.
- Abunimah, A. (2024). Day 383: Yahya Sinwar's life of resistance. *The Electronic Intifada*, 24 out. 2024. Recuperado em 25 de janeiro de 2025 de <https://electronicintifada.net/blogs/ali-abunimah/day-383-yahya-sinwars-life-resistance>.
- Abdul Hamid, M. (2024). The media and its role in the genocidal war. *Institute for Palestine Studies*, 24 dez. 2024. Recuperado em 25 de janeiro de 2025 de <https://www.palestine-studies.org/ar/node/1656631>.
- Al Jazeera. (2025). Especialistas: diferenças de governo de Netanyahu confirmam a mão suprema da resistência no acordo para parar a guerra. *Al Jazeera*, 17 jan. 2025. Recuperado em 25 de janeiro de 2025 de <https://www.aljazeera.net/politics/2025/1/17/خبراء-خلافت-حكومة-نتنياهو-تؤكد-يد>.
- Al-Shabaka. (2023). Genocide in Gaza: Global Culpability and Ways Forward. *Al-Shabaka*, 7 nov. 2023. Recuperado em 25 de janeiro de 2025 de <https://al-shabaka.org/roundtables/genocide-in-gaza-global-culpability-and-ways-forward/>.
- AlZaidi, H. B. S. (2025). Chega de pregador em Gaza. *Al Jazeera*, 23 jan.

2025. Recuperado em 25 de janeiro de 2025 de <https://www.aljazeera.net/blogs/2025/1/23/وكفى-بغزة-واعظا>.
- Ali, T. (2003) Fundamentalismo e política na atualidade. *Estados Gerais Da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial*. Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro, 2003.
- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2025). Lessons from psychology in Palestine: More than psychotherapy, we need a truly community psychology. *Psychotherapy & Politics International*, 23(1), 1-15.
- Barakat, A. (2023). Operation Al-Aqsa Flood. *Institute for Palestine Studies*. Recuperado em 27 de janeiro de 2025 de <https://www.palestine-studies.org/en/node/1654366>
- Baroud, R. (2025). A luta pela dignidade: reformulando a narrativa pós-guerra de Gaza. *Monitor do Oriente Médio*, 20 jan. 2025. Recuperado em 23 de janeiro de 2025 de <https://www.monitordooriente.com/20250120-a-luta-pela-dignidade-reformulando-a-narrativa-pos-guerra-de-gaza/>;
- Chesnais, F. (2016) *Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump*. [S. l.]: BRILL, 2016.
- Dean, J. (2024). Palestine Speaks for Everyone. *Verso Books*. Recuperado em 13 de janeiro de 2025 de <https://www.versobooks.com/en-gb/blogs/news/palestine-speaks-for-everyone>.
- Hijazi, M. (2025). Gaza is not a 'thing,' Mr. President. *The Electronic Intifada*, 03 fev. 2025. Recuperado em 04 de fevereiro de 2025 de <https://electronicintifada.net/content/gaza-not-thing-mr-president/50358>;
- Eddin, Y. S. (2025). Após o acordo de Gaza. Repercussões e prenúncios. *Al Jazeera*, 25 jan. 2025. Recuperado em 31 de janeiro de 2025 de <https://www.aljazeera.net/opinions/2025/1/25/غزة-آتة-فاق-ب-عد-ما-وارها-صات-داع-يات>.
- El-Kurd, M. (2023). The Right to Speak for Ourselves. *The Nation*, 27 nov. 2023. Recuperado em 01 de fevereiro de 2025 de <https://www.thenation.com/article/world/palestinians-claim-the-right-to-narrate/>.
- Hearst, D. (2025). Cessar-fogo em Gaza: Após 15 meses de brutalidade, Israel falhou em todas as frentes. *Monitor do Oriente Médio*, 25 jan. 2025. Recuperado em 27 de janeiro de 2025 de <https://www.monitordooriente.com/20250125-cessar-fogo-em-gaza-apos-15-meses-de-brutalidade-israel-falhou-em-todas-as-frentes/>
- Hroub, K. (2024). Greetings to the free people of the world: Yahya Sinwar in his own words. *Middle East Eye*, 21 out. 2024. Recuperado em 25 de janeiro de 2025 de <https://www.middleeasteye.net/opinion/gaza-war-yahya-sinwar-greeting-people-free-world-his-own-words>
- Hudson, M. (2022). *The Destiny of Civilization: Finance Capitalism*,

- Industrial Capitalism or Socialism*. Dresden: Islet.
- Khaled, L. (1973) *My People Shall Live: The Autobiography of a Revolutionary*. London: Hodder & Stoughton.
- Khalil, Z. (2025) Israeli army changes combat strategy in northern Gaza after heavy losses: Report. *Agência Anadolu*, 12 jan. 2025. Recuperado em 27 de janeiro de 2025 de <https://www.aa.com.tr/en/middle-east/israeli-army-changes-combat-strategy-in-northern-gaza-after-heavy-losses-report/3448161>.
- Martín-Baró, I. (2017) *Crítica e libertação na psicologia: Estudos psicossociais*. Edição Kindle. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- Marx, K. (1843) *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- Marx, K. (1867) *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017a.
- Marx, K. (1894) *O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- Marx, K. (1939) *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- Marx, K.; Engels, F. (1932) *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- Merino, R. et al. (2024) *Estrategias territoriales: estudio*. Lima: Equidad.pe, 2024.
- Nassar, T. (2025). Day 1: Gaza ceasefire. *The Electronic Intifada*, 20 jan. 2025. Recuperado em 28 de janeiro de 2025 de <https://electronicintifada.net/blogs/tamara-nassar/day-1-gaza-ceasefire>.
- Nubani, A. W. (2025). Why the West is wrong about Hamas. *The Electronic Intifada*, 14 jan. 2025. Recuperado em 25 de janeiro de 2025 de <https://electronicintifada.net/content/why-west-wrong-about-hamas/50294>.
- Omar, A. (2024a). It was only their machines: on Yahya Sinwar's last stand. *Mondoweiss*, 21 out. 2024. Recuperado em 28 de janeiro de 2025 de <https://mondoweiss.net/2024/10/it-was-only-their-machines-on-yahya-sinwars-last-stand/>.
- Omar, A. (2024b). The Question of Hamas and the Left. *Mondoweiss*, 31 mai. 2024. Recuperado em 17 de janeiro de 2025 de <https://mondoweiss.net/2024/05/the-question-of-hamas-and-the-left/>.
- Omar, A. (2025). Gaza ceasefire reveals Israel's fragility, and the transformative power of resistance. *Mondoweiss*, 17 jan. 2025. Recuperado em 20 de janeiro de 2025 de <https://mondoweiss.net/2025/01/gaza-ceasefire-reveals-israels-fragility-and-the-transformative-power-of-resistance/>.

- Quijano A. (2000) Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Quijano, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- Said, E. (1978) *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia de Bolso. Edição do Kindle. 2003.
- Sattoum, M. (2025). Has Gaza Won?! *Institute for Palestine Studies*, 21 jan. 2025. Recuperado em 20 de janeiro de 2025 de <https://www.palestine-studies.org/en/node/1656740>.
- Ghannoushi, S. (2025). Palestine is not only a struggle for one nation's freedom, it is a battle for all humanity. *Middle East Eye*, 27 jan. 2025. Recuperado em 18 de janeiro de 2025 de <https://www.middleeasteye.net/opinion/Palestine-not-simply-struggle-one-nation-freedom-battle-for-all-humanity>.
- Theunissen, M. (1975) *Krise der Macht*. In: *Hegel-Jahrbuch*. Köln: Pahl-Rugenstein. v. 24, n. 1. 2019.
- Wachholz, W.; Reinke, A. D. (2020) Pela paz de Jerusalém: a origem do sionismo cristão, sua influência na igreja protestante brasileira e sua atuação no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de História das Religiões*, 13, 37.

Fecha de recepción: 06 de febrero de 2025

Fecha de aceptación: 02 de mayo de 2025